

Coluna do Castello

ANC Constituintes evitam confronto

A presença de personalidades de comando nas reuniões de blocos partidários e as trocas de opinião entre dirigentes de diversos partidos, ao mesmo tempo que revelam ter se generalizado o receio de um malogro da Constituinte, dão conta de um esforço ainda carente de coordenação para compor divergências em benefício de um texto constitucional que a nação assimile e possa transformar-se num marco da evolução institucional do país.



O presidente José Sarney, por seus condicionamentos, não parece estar em posição de suscitar formação de frentes ou blocos interpartidários, até mesmo por significar tal articulação deslocamentos de áreas de poder que seriam onerosas no momento em que o governo se lança todo no êxito do Plano Bresser, de ordenamento da economia interna e externamente. Mas as ações partidárias dos diversos núcleos políticos, ideológicos ou de interesses que se armam na Constituinte poderão dar condições aos srs. Ulysses Guimarães e Marco Maciel, presidentes dos dois principais partidos, para dar forma ao desejo de conjugação de estilos e aspirações que reponham de todos os lados.

Ambos pessedistas de origem, os srs. Ulysses Guimarães e Marco Maciel falam uma mesma e tradicional linguagem política que ameniza as divergências e suaviza os atritos no caminho de soluções prévias que pelo menos eliminem os conflitos mais graves. O ex-deputado Artur de Lima Cavalcanti observou que nunca viu dois expessedistas se reunirem sem encontrar um terreno comum de negociação. Os grupos mais radicais esforçam-se, como se tem observado, na procura de limitar ao estritamente indispensável suas aspirações de influir na Constituição. Isto ocorre tanto à esquerda, com o MUP, quanto à direita, com o grupo do sr. Roberto Cardoso Alves, empenhado em aceitar projeto de reforma agrária num contexto literal examinável pela esquerda.

O presidente José Sarney, embora sem abdicar do seu direito de intervir no debate, manifestando pontos de vista sobre algumas questões que considera essenciais para a estabilidade das futuras instituições, o que fará oportunamente pela via da entrevista coletiva, que é a mais eficaz, ou pela oração direta às "brasileiras e brasileiros", está com suas responsabilidades neste momento concentradas na execução do Plano Bresser e no seu desdobramento nas negociações externas, para as quais é indispensável o respaldo interno.

A decisão do PMDB, pelo menos na medida em que se pode deduzir das declarações dos seus líderes, embora possa não ser formalizada no momento, é estimular as negociações de setembro com os banqueiros, que se fariam sem qualquer articulação prévia com o FMI. É disto que precisa o sr. Bresser Pereira, que pretende negociar sem pressão de vetos preliminares. Certo de que obterá bons resultados, o ministro da Fazenda mantém-se confiante em que, para a etapa que se seguir à negociação com os credores, obterá condições para desenvolvê-la mediante uma reavaliação do papel do FMI. Até setembro nem o governo nem o PMDB lhe criariam dificuldades, embora permaneçam as apreensões ministeriais quanto à estrita execução de uma política de economia interna, respeitada a contenção de gastos, suspensas efetivamente as nomeações e contratações, paralisadas as obras e contidos os governadores nas suas reivindicações pelo menos até que se vote uma Constituição.

Na lista de preocupações do Ministério da Fazenda, figura o capítulo da discriminação de rendas, o qual, se despojar a União de recursos fundamentais, que seriam transferidos para estados e municípios sem a correspondente transferência de ônus, deverá ser compensada da parte do executivo federal por uma pesada revisão das alíquotas de impostos não transferíveis. A negociação constitucional, na qual a influência da autoridade fazendária é reduzida, deverá exigir a presença do presidente da República para alertar os constituintes das conseqüências de políticas que quebrem ou reduzam os instrumentos operacionais da União.

O mandato e a sucessão

Nega-se no Palácio do Planalto que o presidente tenha feito declarações políticas que lhe foram atribuídas ontem por um jornal de Brasília. O presidente principalmente não se teria manifestado sobre questões relacionadas com sua sucessão na Presidência da República, não sendo sua a previsão de que uma "oposição" sairia com a chapa Mário Covas-Leonel Brizola. O presidente, a respeito, limitou-se a ouvir do seu velho amigo, o ex-deputado Neiva Moreira, especulações sobre o futuro. Neiva acha difícil que Brizola, Lula e Mário Covas abram mão, cada um deles, da condição de candidato, não prevendo assim qualquer composição entre eles. No seu entender haverá divisão de forças e como amigo do presidente aconselhou-o a não deixar envolver sua autoridade numa questão que, ao invés de unir, dividirá a nação: a sucessão presidencial.

Carlos Castello Branco